

Faltam os cortes

Os desacertos do Brasil são bem mais numerosos e intrincados do que se pode imaginar. Ao assumir, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse que basearia sua atuação em dois pilares. Um deles seria o aumento de receita da União pela cobrança dos débitos existentes, sabidamente muito elevados. De outro, cortaria fundo nas despesas do Estado, porque, incontestavelmente, boa parte dos gastos previstos era perfeitamente dispensável. Coincidentemente, tivemos o anúncio de prisão preventiva de Paulo César Farias. Foi o que bastou para que houvesse uma verdadeira corrida à Receita Federal. Em suma, pessoa física e empresas não pagavam porque não sentiam nenhuma pressão neste sentido vinda do governo ou da Justiça.

Anteriormente, tivemos um notável crescimento na arrecadação do — sempre ameaçado de falência — Ministério da Previdência, resultante de um trabalho de cobrança sistemática e de renegociação de dívidas iniciado na gestão de Reinhold Stephanes e continuado na administração de Antonio Britto. Com a prisão da quadrilha que pilhava o INSS, cresceu a receita não só pelo temor de represálias jurídicas, mas principalmente pela crença de que o dinheiro seria então bem empregado. O mesmo fenômeno ocorre agora com Fernando Henrique Cardoso na Fazenda. Mas ainda falta muita coisa para ser resolvida no que diz respeito ao pagamento de outras contas sempre caloteadas: PIS e FGTS.

Numa reunião com duas centenas de empresários, em São Paulo, o ministro Fernando Henrique Cardoso perguntou num certo momento quando os bancos brasileiros começarão a pagar ao Programa de Integra-

ção Social o que estão devendo. Há informações no sentido de que a sonegação do PIS, só pelas empresas financeiras, chegaria a cerca de US\$ 1,5 bilhão. Ora, esta questão levanta uma dúvida. Será que há algum tipo de conivência do governo para com os bancos? Se o governo sabe da dívida e não a cobra parece que existe algum tipo de barganha. Ou seja, o governo não força e os bancos dão algo em contrapartida. A questão é muito simples. Os bancos, reconhecidamente um dos poucos setores que ganham com a inflação, têm de pagar suas dívidas imediatamente.

Mas os problemas de receita do governo também não são menores no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A inadimplência é muito grande. Todos sabem que a administração deste Fundo, que pertence aos trabalhadores, nunca foi das melhores. Foi sempre marcada pela concessão de empréstimos com finalidade política, sem nenhum critério técnico e improvável retorno. Agora, o governo vai agir duro também com os devedores do FGTS. O ministro Walter Barelli acaba de assinar portaria conferindo ao secretário de Fiscalização do Trabalho autoridade para prender aqueles que, por noventa dias, não recolherem a quantia referente ao FGTS. Também a administração do Fundo está parcelando os débitos dos grandes devedores. Assim, parece que se encaminha para um final feliz uma das diretrizes de Fernando Henrique Cardoso. Resta a outra, que parece ser de bem mais difícil execução, que é o corte nos gastos desnecessários. Agora, é esperar para ver se o ministro da Fazenda vai ter sucesso ao enfrentar as corporações e contrariar os interesses dos políticos.